



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 – CENTRO/SP - CEP: 01045-903
FONE: 3255-2044- FAX: Nº 3231-1518

PROCESSO CEE	224/2014
INTERESSADA	Escola Judiciária Eleitoral Paulista do Tribunal Regional Eleitoral
ASSUNTO	Recredenciamento da Instituição
RELATOR	Cons. João Cardoso Palma Filho
PARECER CEE	Nº 49/2015 CES "D" - Aprovado em 28/01/2015 Comunicado ao Pleno em 04/02/2015

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

O Diretor da Escola Judiciária Eleitoral Paulista-EJEP, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, encaminha a este Colegiado, por meio do Ofício EJEP nº 18/2014, datado em 22 de agosto de 2014, solicitação de Recredenciamento da Instituição, nos termos da Deliberação CEE nº. 5/1998.

A EJEP foi credenciada neste Conselho por meio da Portaria CEE-GP nº 525/11, publicada no DOE em 09/12/2011, para oferecer Cursos de Especialização para formação de pessoal de nível superior, capacitando magistrados e servidores da Justiça Eleitoral de São Paulo.

Foram designados para elaborar Relatório circunstanciado sobre o pedido de Recredenciamento, os Especialistas Profs. Drs. George Augusto Niaradi e Patrícia Ulson Pizarro Werner, conforme Portaria CEE-GP nº 367, de 08-10-2014.

1.2 APRECIÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral, com atribuições que lhe são outorgadas pelo artigo 96, inciso I, alínea "a" da Constituição da República Federativa do Brasil e artigo 30, inciso I, do Código Eleitoral (Lei nº 4737/65), embora se trate de Órgão do Poder Judiciário que exerce funções de interesse nacional e estadual, cuida-se de Tribunal de natureza estadual, tanto é que o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo possui sede na Capital e a sua jurisdição é neste Estado de São Paulo, como se extrai do Regimento Interno do TRE/SP, de 27 de novembro de 2003, que possui natureza jurídica de lei.

Por sua vez, a **Escola Judiciária Eleitoral Paulista (EJEP)** foi criada pela Resolução do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo nº 134/2003, com fundamento na Resolução nº 21.185, de 13 de agosto de 2002, objetivando a capacitação e o treinamento de magistrados e servidores da Justiça Eleitoral do Estado de São Paulo e produzir conhecimento na área do Direito Eleitoral para toda a comunidade profissional e acadêmica (cf. Regimento Interno da Escola Judiciária Eleitoral Paulista).

Ausente hierarquia administrativa, política e financeira entre o Tribunal Superior Eleitoral e o Tribunal Regional Eleitoral, mostra-se evidente o vínculo da EJEP com a missão eminentemente local do Tribunal de São Paulo.

O trabalho desenvolvido pelo Poder Judiciário Eleitoral do Estado de São Paulo é, manifestamente, em prol da sociedade, pois lhe cabe o dever de distribuir justiça no processo eleitoral e de escolha dos mandantes e representantes legislativos. A Escola se preocupa com as competências e as demais funções do juiz eleitoral e de seus servidores, ministrando cursos de atualização.

Também possui a EJEP, como objetivo, a realização de cursos de capacitação, aperfeiçoamento e especialização, como descrito no art. 4º do Regime Interno da Escola (Resolução TRE/SP nº 289/2013), e há muitos anos vem promovendo seminários, simpósios, encontros, painéis e outras atividades destinadas ao aprimoramento de magistrados, servidores e cidadãos. Além disso, a Escola Judiciária Eleitoral Paulista, que durante um período concentrou a sua atuação na preparação de membros e demais serventuários de sua instituição, vem ampliando o seu campo de atuação, indicando profissionais para capacitar e ensinar cidadãos sobre o direito e a Justiça Eleitoral, além de interagir mais diretamente com a sociedade e com outros profissionais como jornalistas, sociólogos, cientistas políticos, agentes comunitários, policiais civis e militares, professores e discentes de todas as áreas científicas.

● **Comprovação da titulação dos docentes**

Praticamente a totalidade de seu corpo docente, com exceção de um professor Especialista em Direito, todos os demais tem titulação de Mestre e de Doutor, obtida em cursos devidamente credenciados, como a Instituição pode comprovar em seus arquivos.

● **Órgão Deliberativo**

A sua administração é composta por um Diretor, um Vice-Diretor e por um Conselho Deliberativo e Pedagógico. A direção da EJEP cabe ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, ou mediante ato deste a direção poderá ser exercida por um dos membros da Corte Eleitoral. Poderá, ainda, o Presidente nomear um Vice-Diretor e um Diretor Executivo para o auxiliarem (Resolução TRE/SP nº 134/2003, alterada pelas Resoluções TRE/SP nºs 149/2004 e 248/2012).

O Conselho Deliberativo e Pedagógico da EJEP é integrado pelo Presidente e Corregedor Eleitoral, o Diretor, o Vice-Diretor, o Diretor Executivo, os Coordenadores dos Cursos, três Juízes Eleitorais, em atividade ou que tenham exercido a função, dois cidadãos e três servidores do quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (artigo 14 do Regimento Interno da EJEP).

A partir da última alteração regimental, a Escola Judiciária Eleitoral resolveu ampliar o **processo de democratização** e incluiu no rol de integrantes do referido Conselho **dois (2) cidadãos** que devem ser escolhidos pelos membros do Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (art. 14, § 2º), além de ter elevado o número de juízes eleitorais e de servidores do quadro de pessoal do TRE/SP na composição do Conselho.

Também são órgãos da EJEP as Coordenações dos Cursos e a Secretaria, cujas funções específicas se encontram delineadas nos artigos 16 a 21 do Regimento Interno. Há que se salientar que um dos servidores que compõe o Conselho possui formação em pedagogia e o Coordenador Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral é Pós-Doutor em Políticas Públicas Educacionais pela UNICAMP.

● **Capacidade financeira e administrativa**

Os seus recursos financeiros são oriundos, basicamente, do orçamento do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral, que lhe dota, anualmente, verbas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades e possui serviços de secretaria e infraestrutura necessárias aos seus objetivos, havendo destinações específicas para as suas atividades.

Gradualmente, o Tribunal Regional Eleitoral tem ampliado essa destinação às atividades de capacitação, de disseminação da cultura política e de participação eleitoral, além de levar à ampliação das atividades científicas na área do Direito Eleitoral e de Direito Processual Eleitoral, como abaixo se encontra relacionado.

A Secretaria da EJEP é constituída por três servidores, bacharéis em Direito, sendo um deles designado Secretário. A Secretaria, assim como a EJEP, funcionam nas dependências do Tribunal Regional

Eleitoral (artigos 18 e 21 do Regimento Interno da EJEP), hoje localizada à Rua Francisca Miquelina, 123, 6º andar, sala 609, Prédio Brigadeiro, Bela Vista, São Paulo.

DO PROJETO DE FORMAÇÃO

• Histórico resumido da Instituição

A Escola Judiciária Eleitoral Paulista (EJEP) foi criada pela Resolução TRE/SP nº 134/2003, de 5 de agosto de 2003. Posteriormente, a Resolução TRE/SP nº 149/2004 adequou a organização e o funcionamento da Escola Judiciária Eleitoral Paulista ao modelo da Escola Judiciária Eleitoral – EJE do Tribunal Superior Eleitoral, nos termos constantes da Resolução TSE nº 21.614, de 5 de fevereiro de 2004. Ainda, tendo em vista a necessidade de reestruturação da organização diretiva da EJEP, por meio da Resolução TRE/SP nº 248/2012 foi alterado o art. 2º da Resolução TRE/SP nº 134/2003 com a redação dada pela Resolução TRE/SP n. 149/2004.

O Regimento Interno da Escola Judiciária Eleitoral Paulista (EJEP), aprovado como se extrai da Ata da Sessão 9229ª, de 29/04/2010, se encontra em vigor sob o texto da Resolução TRE/SP nº 289/2013, que detalhou as atribuições de cada um dos órgãos e ampliou a participação de servidores, magistrados e incluiu, dentro de um processo progressivo de ampliação de participação democrática, a possibilidade da nomeação de cidadãos como membros do Conselho da EJEP.

O Conselho Deliberativo e Pedagógico da Escola Judiciária Eleitoral Paulista cuida-se de Órgão do Tribunal Regional Eleitoral e possui como missão capacitar juízes eleitorais, servidores eleitorais, disseminar conhecimentos na área do Direito Eleitoral e pretende ser polo de discussão sobre o papel da Justiça Eleitoral e de todo o sistema democrático para um preparo mais eficiente de todos os operadores do Direito, a fim de torná-los agentes transformadores do novo cenário eleitoral e político.

Pretende a EJEP, que há muitos anos vem realizando seminários, encontros, congressos, *workshops* e outras atividades similares, segundo a metodologia e objetos visados, que são muitas vezes certificados como de extensão, continuar a ministrar também Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* (especialização) em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral, com a obtenção do almejado reconhecimento.

Além de preencher os requisitos da hipótese excepcional prevista no parágrafo único, do art. 2º, da Deliberação CEE nº 09/98, com alterações introduzidas pela Deliberação CEE nº 01/2000, e aqueles fixados na Deliberação CEE nº 03/2000, com suas alterações, há que salientar que a EJEP alcançou o sucesso na realização do 1º Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral e está a atingir o mesmo desiderato com o 2º Curso, que se encerrará com a entrega e avaliação das monografias, no mês de dezembro de 2014.

A Instituição anexa as seguintes Resoluções do TRE/SP, de criação da Escola Judiciária Eleitoral Paulista (fls. 10 a fls. 13):

- Resolução TRE/SP nº 134/2003 que cria a Escola Judiciária Eleitoral e suas modificações pelas Resoluções TRE/SP nºs 149/2004 e 248/2012.
- A Íntegra do Regimento Interno da Escola Judiciária Eleitoral Paulista – aprovado pela Ata da Sessão 9229ª de 29/04/2010 alterado posteriormente pela Resolução TRE/SP nº 289/2013 (fls. 13 a fls. 20).
- Rol dos cursos realizados (de 2003 a 2014) e projetos em andamento e a serem desenvolvidos (de setembro de 2014 a 2015).

A Escola Judiciária Eleitoral Paulista, desde a sua criação, promoveu os seguintes cursos, sempre objetivando a capacitação e aprimoramento dos magistrados e servidores eleitorais; difundir o direito eleitoral brasileiro e aperfeiçoar os trabalhos desenvolvidos pela Justiça Eleitoral:

a) No exercício de 2003:

- Palestra inaugural, com carga horária de 04 horas, proferida pelo Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Dr. Fernando Neves, que abordou o tema "A Escola Judiciária Eleitoral e as eleições municipais de 2004". O evento ocorreu no dia 17 de outubro de 2003, no auditório do Hotel Meliá, Jardim Europa, na rua João Cachoeira, 107, Itaim Bibi, São Paulo.

b) No exercício de 2004:

- Curso sobre "Eleições 2004", sobre filiação partidária, registro de candidatos, propaganda eleitoral e demais temas correlatos, com 06 horas e trinta minutos de carga horária, ministrado para chefes dos Cartórios Eleitorais do Estado de São Paulo, tudo em parceria com a Corregedoria Regional Eleitoral de São Paulo.
- Curso de Extensão em Direito Eleitoral Brasileiro, ministrado para Juízes Eleitorais brasileiros e para Juízes e Promotores angolanos, com carga horária de 40 horas.
- Curso de Análise de Prestação de Contas de Campanha Eleitoral. Ministrado para Juízes Eleitorais do Estado de São Paulo, com 04 horas de carga horária.

c) No exercício de 2005:

- Capacitação aos servidores do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, aprovados no concurso de remoção, com carga horária de 35 horas, no período de 17 a 21 de janeiro de 2005.
- Treinamento e capacitação aos servidores do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, aprovados no concurso de remoção, com carga horária de 35 horas, no período de 31 a 04 de fevereiro de 2005.
- Treinamento e capacitação aos servidores do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo aprovados no concurso de remoção, com carga horária de 35 horas, no período de 14 a 18 de fevereiro de 2005.
- Foram realizados seis cursos, cada um com 35 horas de duração, ministrados em diversas zonas eleitorais espalhadas pelo Estado de São Paulo, a cerca das rotinas cartoriais e para a capacitação de chefes e servidores públicos para a melhoria dos serviços prestados.

d) No exercício de 2006:

- Cursos de Fiscalização da Propaganda e Registro de Pesquisa Eleitoral, para as eleições de 2006, ministrado para todos os chefes de Cartórios Eleitorais do Estado de São Paulo, nas dependências do TRE/SP.

e) No exercício de 2008 a 2010:

- A EJEP, em conjunto com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), realizou nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2008 o "2º Seminário de Comunicação Social da Justiça Eleitoral", tendo participado do evento servidores das assessorias de comunicação dos 26 estados e do Distrito Federal. O objetivo do encontro foi o de discutir a Comunicação das Eleições Municipais 2008. O seminário, com carga horária de 18 horas, ocorreu no auditório do Hotel Tryp Paulista, à rua Haddock Lobo, 294.
- A EJEP, juntamente com a Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região e o Instituto de Direito Político e Eleitoral, realizaram o evento Estudos de Direito Eleitoral, em São Paulo/SP, no auditório da Escola de Magistrados, Avenida Paulista, nº 1912, Edifício Funcef Center, 1º andar, no período de 28 a 30 de junho de 2010.
- Capacitação de mais de 100 chefes e serventuários eleitorais, durante os meses de agosto a outubro de 2010, para as Eleições de 2010, nas dependências da EJEP, com 80 horas no total.

- No dia 16 de agosto de 2010, nas dependências da Cidade Judiciária de Campinas, em evento organizado pela Escola Judiciária Eleitoral Paulista, pela Coordenadoria Regional da APAMAGIS de Campinas e pelo Núcleo Regional da Escola Paulista da Magistratura, o Presidente do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, Desembargador Walter de Almeida Guilherme, ministrou palestra sobre o tema "Propaganda Eleitoral" a diversos magistrados eleitorais, promotores de justiça eleitoral, jornalistas, servidores da Justiça Eleitoral e aos membros de partidos políticos, com carga horária de 04 horas.
- Entre os dias 16 e 22 de novembro de 2010, foi realizado o Ciclo de palestras "Reforma do Código Eleitoral", promovido pela EJEP em parceria com a EPM, no auditório do 2º andar do prédio da EPM (Rua da Consolação, 1483). Foram participantes e palestrantes, em sua ordem de apresentação: Des. Walter de Almeida Guilherme; Ministro José Antonio Dias Toffoli; Dr. Paulo Henrique dos Santos Lucon; Dr. Manoel Carlos de Almeida Neto; Min. Carlos Eduardo Caputo Bastos; Des. Armando Sérgio Prado de Toledo; Dr. Alexandre de Moraes; Dr. Silvio Salata; Dr. Cláudio Salvador Lembo; Des. Alceu Penteado Navarro; Dr. Antonio Carlos da Ponte; Dr. Pedro Barbosa Pereira Neto; Dr. Antonio Carlos Mathias Coltro; Ministro Carlos Mário da Silva Velloso; Palestrantes: Ministro Henrique Neves da Silva; Dr. Flávio Luiz Yarshell; Dr. Torquato Lorena Jardim; Dr. Fernando Neves da Silva; Dr. André Ramos Tavares; Ministro Enrique Ricardo Lewandowski.

f) No exercício de 2011:

- 1º Curso de pós-graduação (Especialização), com 376 horas, em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral, para 130 alunos, com início em março de 2011. Coordenação Pedagógica do Dr. Richard Pae Kim, Doutor e Mestre em Direito pela USP e Pós-Doutor em Políticas Públicas Educacionais, pela UNICAMP.
- 1º Congresso Internacional de Direito Eleitoral, realizado nos dias 09, 10 e 11 de novembro de 2011. Foi promovido pela EJEP, em parceria com a Faculdade Presbiteriana Mackenzie, no auditório da Faculdade Presbiteriana Mackenzie. Foram palestrantes e professores participantes, em sua ordem de apresentação: Des. Walter de Almeida Guilherme, Des. Marco Antonio Marques da Silva, Dr. Luca Mazzetti (ITA), Dr. José Julio Fernandez Rodrigues (MEX), Dr. Alexandre de Moraes, Des. Nelson Calandra, Dr. Fernando Aguillar, Dr. André Ramos Tavares, Dr. Roy Schotthand (USA), Dr. Gerardo de Icaza (MEX), Dr. Craig Engle (USA), Dr. Ricardo Penteado, Dr. Antonio Carlos Mendes, Dr. Manoel Carlos de Almeida Neto, Dr. Vigilio Andrade Martinez (MEX), Min. Luciana Lóssio, Dra. Monica Herman Salen Caggiano, Dr. Paulo Hamilton Siqueira Júnior, Dr. Claudio Lembo, Dr. Pedro Barbosa Pereira Neto, Min. Torquato Jardim, Dr. Silval da Silva Ramos, Dr. José Levi Mello do Amaral Júnior, Des. Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, Dr. Marco Macarella (ITA), Dr. Victor Hugo Bernal (MEX), Dr. Tomas Figueroa Padilla (MEX), Des^a. Federal Diva Prestes Marcondes, Dr. Paulo Adib Casseb, Dr. Kenneth A. Gross (USA), Min. Fernando Neves, Dr. José Jairo Gomes, Dr. Walber de Mora Agra, Des. Antônio Carlos Mathias Coltro, Min. Joelson Dias, Min. Henrique Neves, Dr. Caio túlio Costa, Dr. Ravneet Singh (USA-INDIA).

g) No exercício de 2012:

- Curso: "Capacitação aos Juízes Eleitorais para as Eleições 2012". Coordenadores Des. José Joaquim dos Santos e Dr. Richard Pae Kim. Realizado entre os dias 15 de maio a 5 de junho de 2012, promovido pela EJEP, em parceria com a EPM, no auditório do 2º andar do prédio da EPM, aos Juízes Eleitorais. Foram palestrantes, em sua ordem de apresentação: Dr. Marco Antonio Martin Vargas, Dra. Jade Almeida Prometti, Des. Antônio Carlos Mathias Coltro, Dr. Rogério de Toledo Pierre, Dr. Paulo Hamilton Siqueira Junior, Dr. Henrique Harris Junior, Dr. André Ramos Tavares, Des^a. Diva Prestes Marcondes Malerbi e Des. José Joaquim dos Santos.
- Curso: "Propaganda Eleitoral". Coordenadores Des. Walter de Almeida Guilherme e Des. Jeferson Moreira de Carvalho. Realizado nos dias 20, 22, 27, 29 de agosto e 03 de setembro de 2012, promovido pela EJEP, em parceria com a EPM, no auditório do 2º andar do prédio da EPM (Rua da Consolação, 1483), aos Juízes Eleitorais, funcionários do TRE e TJ. Foram os palestrantes, em sua ordem de apresentação: Dr. Luiz Márcio Victor Alves Pereira, Dr. Rodrigo Molinaro Zacharias, Dr. Paulo Sérgio

Brant de Carvalho Galizia, Dra. Clarissa Campos Bernardo, Dr. Manoel Luiz Ribeiro, Dra. Carla Themis Lagrotta Germano, Des. Paulo Octávio Baptista Pereira, Dr. José Antonio Encinas Manfré, Sr. Dogival dos Santos Hipólito, e Dr. Henrique Harris Junior.

- Curso: “Prestação de Contas para as Eleições 2012”. Coordenação da EJEP. Realizado nos dias 03 e 13 de novembro de 2012, promovido pela EJEP em parceria com a EPM, no auditório do 2º andar do prédio da EPM (Rua da Consolação, 1483), aos Juízes Eleitorais, funcionários do TRE e TJ. Foram os palestrantes, em sua ordem de apresentação: Dr. Filipe Soares Lizardo e Dra. Maria Eliana de Araújo.
- Palestra sob o título “A Corregedoria Nacional de Justiça”, realizada no dia 23 de julho de 2012, no auditório da EJEP, proferida pela Ministra do Superior Tribunal de Justiça e Corregedora Nacional, Ministra Eliana Calmon.
- Palestra sobre a “ A Lei da Ficha Limpa”, realizada no dia 18 de julho de 2012, no auditório da EJEP, proferida pelo Promotor de Justiça Dr José Carlos Cosenzo.
- Ocorreu o encerramento do 1º Curso de Pós-graduação em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral, aprovado por Parecer deste Conselho. Os diplomas foram entregues aos aprovados. A Instituição anexa um breve Relatório sobre o Curso, que pode ser verificado às fls. 27.

h) No exercício de 2013:

- Curso: “Doação acima do limite legal”. Realizado nos dias 25 e 27 de junho de 2013, promovido pela EJEP em parceria com a EPM (Rua da Consolação, 1483), aos Juízes Eleitorais e funcionários do TRE. Foram os palestrantes, em sua ordem de apresentação: Des. Walter de Almeida Guilherme, Des. Jeferson Moreira de Carvalho, Dr. Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia, Des. Antônio Carlos Mathias Coltro, Dr. Paulo Hamilton Siqueira Junior e Dra. Clarissa Campos Bernardo.
- Palestra: “Novos Papéis da Justiça Eleitoral nos 10 anos da EJEP”, no dia 05 de agosto de 2013, no auditório da EJEP, proferida pelo Procurador Regional Eleitoral, Dr. André de Carvalho Ramos.
- Palestra: “Condições de Elegibilidade e Hipóteses de Inelegibilidade”, no dia 12 de agosto de 2013, no auditório da EJEP, proferida pela Ministra do Tribunal Superior Eleitoral, Dra. Luciana Lóssio.
- Palestra: “Ética e Gestão”, no dia 26 de agosto de 2013, no auditório da EJEP, proferida pela Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Dra. Eliana Calmon.
- Palestra: “Inclusão Eleitoral e Efetivação dos Direitos Políticos”, no dia 30 de agosto de 2013, no auditório da EJEP, proferida pelo Procurador Regional Eleitoral Substituto, Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva.
- Palestra: “Improbidade Administrativa”, no dia 13 de setembro de 2013, no auditório da EJEP, proferida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Dr. Mauro Campbell Marques.
- Palestra: “Reforma Política e Reflexos na Justiça Eleitoral”, no dia 23 de setembro de 2013, no auditório da EJEP, proferida pelo Professor da Universidade de São Paulo, Dr. Alexandre de Moraes.
- Palestra: “Reforma Política”, no dia 14 de outubro de 2013, no auditório da EJEP, proferida pelo Presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-SP, Dr. Alberto Lopes Mendes Rollo.

i) No exercício de 2014:

- Curso de extensão: “Direito Eleitoral com vistas às Eleições de 2014” – Coordenadores: Des. Jeferson Moreira de Carvalho, Dr. Paulo Hamilton Siqueira Campos e Dr. Marco Antonio Martin Vargas - nos dias 05, 13, 20 e 27 de maio e 03, 10, 17 e 24 de junho de 2014, promovido pelo IPAM em parceria com a EJEP, no auditório do Tribunal Militar. Foram os palestrantes: Drs. Walter de Almeida Guilherme, Dr.

Paulo Adib Casseb, Dr. Roberto Maia Filho, Dr. André Carvalho Ramos, Des^a. Diva Malerbi, Dra. Clarissa Campos Bernardo, Des. Luis Francisco Aguilar Cortez, Dr. Paulo Hamilton Siqueira Junior, Dr. Marco Antonio Martin Vargas e Des. Jeferson Moreira de Carvalho.

- 1º Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral, realizado pelo IPADE em parceria com a EJEP e com a Universidade Mackenzie. Temas abordados: Democracia, Partidos Políticos, Crimes Eleitorais, Minirreforma Eleitoral, Financiamento de Campanhas Condutas Vedadas aos Agentes Políticos em Ano Eleitoral e outros temas polêmicos e atuais, tendo por base o Regime Jurídico aplicável às Eleições de 2014. Foi realizado nos dias 6 e 7 de junho de 2014, no Auditório Ruy Barbosa – Universidade Mackenzie. Foram os palestrantes, em ordem alfabética: Min. Admar Gonzaga Neto, Dr. Adriano Soares da Costa, Dr. Alberto rollo, Dr. Alexandre Atheniense, Dr. André de Carvalho Ramos, Dr. André Jorge Lemos, Dr. André Ramos Tavares, Dr. Antonio Carlos da Ponte, Des. Antônio Carlos Mathias Coltro, Min. José Antonio Dias Toffoli, Dr. Antonio Rulli Neto, Dr. Arnaldo Versiani, Dr. Carlos Neves, Dra. Clarissa Campos Bernardo, Dr. Claudio Lembo, Dr. Diogo Rais, Des^a Federal Diva Prestes Marcondes Malerbi, Dr. Fernando Neisser, Dr. Fernando Neves, Dr. Francisco de Almeida Prado, Dra. Gabriela Rollemberg, Dra. Gergia Nunes, Dr. Guilherme Gonçalves, Dr. Gustavo Guedes, Dr. Hélio Silveira, Min. Henrique Neves, Dra. Isabel Mota, Min. Joelson Dias, Min. José Eduardo Martins Cardozo, Dr. José Eduardo Rangel Alckmin, Dra. Karina Kufa, Min. Luciana Lóssio, Dr. Luis carlos dos Satnos Gonçalves, Dr. Luis Gustavo Severo, Dr. Luiz Fernando Pereira, Dr. Luiz Guilherme da costa Wagner Junior, Dr. Manoel Carlos de Almeida Neto, Dr. Marco Antonio Martin Vargas, Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Dra. Margareth Coelho, Dr. Moises Pessuti, Dra. Mônica Herman Salem Caggiano, Dra. Paula Frasil, Des. Paulo Sergio Brant de Carvalho Galizia, Dr. Paulo Thadeu Gomes da Silva, Dr. Pedro Barbosa Pereira Neto, Dr. Ricardo Penteado, Dr. Roberto Maia Filho, Dr. Rodolfo Viana Pereira, Dr. Ruy Samuel Espindola, Dr. Silmar Fernandes, Min. Torquato Jardim, Dr. Walber Agra.
- Lançamento da pesquisa sobre os efeitos da Lei da Ficha Limpa no Tribunal Regional Eleitoral e no Tribunal Superior Eleitoral. A pesquisa foi realizada pelo grupo de pesquisa da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, registrado junto ao CNPq, em parceria com a EJEP e alguns de seus professores. A obra coletiva, contendo a pesquisa, denominada LEI DA FICHA LIMPA, foi lançada no dia 30 de maio de 2014, nas dependências da Faculdade de Direito da USP, Largo São Francisco, Capital, SP.

A Escola Judiciária Eleitoral Paulista pretende, ainda, realizar os seguintes eventos e cursos, neste ano de 2014, e realizará em 2015 o cumprimento da seguinte agenda provisória:

a) Até o final de 2014:

- Serão realizados cinco cursos de capacitação, nas dependências da EJEP, aos servidores da justiça eleitoral, para a eleição de 2014, sem prejuízo das capacitações programadas para todo o Estado, a ser realizado pela Presidência e pela Corregedoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral, com o apoio da EJEP;
- Na segunda quinzena de setembro de 2014 serão capacitados magistrados eleitorais do Estado de São Paulo, em especial, sobre o tema “Propaganda Eleitoral”, pelo sistema de videoconferência, em parecerias com a Escola Paulista da Magistratura e a APAMAGIS – Associação Paulista de Magistrados.
- No próximo dia 05 de setembro de 2014 ocorrerá a aula magna de encerramento do 2º Curso de Pós-graduação em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral, a ser proferida pelo eminente Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Dias Toffoli.
- Em setembro próximo serão realizados eventos, abertos ao público e destinados aos partidos políticos, candidatos, servidores e cidadãos, na Capital e no interior do Estado, sobre a propaganda eleitoral.

- Na última semana de setembro de 2014 será realizada palestra sobre as eleições de 2014, pelo Corregedor Geral do Tribunal Regional Eleitoral, Des. Mario Devienne Ferraz, sobre as fiscalizações nas eleições de 2014, na Cidade Judiciária de Campinas, direcionada ao público específico.

b) A partir de 2015, programados até 20 de agosto de 2014:

- Início do 3º Curso de Pós-graduação em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral, da Escola Judiciária Eleitoral Paulista.
- 1º Seminário Internacional Brasil-Itália de Direito Eleitoral, em cooperação científica e institucional com o Instituto Manoel Pedro Pimentel, Coordenadoria da Pós-graduação em Direito da USP, e com universidades italianas, em abril de 2015.
- Encontro das Escolas Judiciárias Eleitorais do país, a ser realizado em São Paulo, em parceria com a Escola Judiciária do Tribunal Superior Eleitoral.
- Seis cursos de capacitação para servidores da Justiça Eleitoral e outros seis cursos de aperfeiçoamento e extensão aos magistrados e profissionais da área de Direito Eleitoral.

A Secretaria encontra-se aparelhada também com recursos de informática. Há também auditório instalado no 14º andar da Rua Francisca Miquelina, nº 123, Bela Vista, Capital, São Paulo.

Com o fito de ampliar suas atividades, a EJEP firmou convênio com a Escola Paulista da Magistratura, entidade já credenciada junto a este Conselho Estadual de Educação, conforme PARECER CEE no. 94/2001, aprovado em 16 de maio de 2001, na data de 10.09.2010.

Com isto, houve uma enorme ampliação no atendimento aos cursos e demais eventos organizados pela EJEP, a partir do ano de 2010. Sem prejuízo do referido convênio, há estudos para que a EJEP possa se instalar em prédio próprio, diante do projeto de mudança do prédio do Tribunal Regional Eleitoral, ainda para o próximo biênio (2015/2016).

A biblioteca da Escola Judiciária Eleitoral Paulista possui 5.379 livros e folhetos, mais 2.281 obras lotadas nas diversas seções do Tribunal Regional Eleitoral, e 150 periódicos cadastrados. E no *ranking* das bibliotecas Regionais de 2013 o TRE/SP está em 2º lugar (1º lugar TRE-DF). Ainda será possível contar, diante do convênio com a Escola Paulista da Magistratura, com o livre acesso ao acervo de mais de 43.000 obras, 200 títulos periódicos e mais de 130 CDs-ROM.

As bibliotecas dispõem, para apoio da catalogação e da consulta, de equipamentos de informática e, como apoio, proporciona aos consulentes adequadas salas de leitura.

• Descrição pormenorizada do corpo docente

O Corpo Docente permanente é constituído, em sua expressiva maioria, de Professores Doutores (60%), sendo apenas três deles qualificados como Mestre em Direito (30%) e um quarto (10%), como Especialista em Direito. A preferência e o valor cultural que se atribui à titulação não impede, no entanto, de reconhecer benefícios pedagógicos que só a experiência profissional de longos anos pode distinguir em professores que tenham abraçado as mais importantes carreiras jurídicas. A heterogeneidade da qualificação do corpo docente traduz a sua constituição eclética, possibilita atingir os objetivos gerais e específicos da EJEP na área de Direito Eleitoral.

Até o mês de outubro de 2014, a Escola Judiciária Eleitoral fará publicar edital de convite a que professores, magistrados e demais interessados entreguem currículos completos a comprovar competência para ministrar aulas e palestras sobre temas de Direito Eleitoral e Processual Eleitoral, a fim de que possam ser inseridos em cadastro de docentes, após análise do Conselho Deliberativo e Pedagógico da Escola, que escolherá os melhores profissionais para participar dos cursos e demais eventos.

Segue relação de professores permanentes assistentes (todos possuem comprovante de titulação):

a) Professores permanentes e algumas das titulações

Francisco Carlos Inouye Shintate – Mestre em Direito pela PUC/SP

Irineu Francisco Barreto Júnior – Doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP

Jeferson Moreira de Carvalho – Doutor e Mestre em Direito pela PUC/SP

Luís Francisco Aguilar Cortez – Doutor em Direito pela USP

Marco Antonio Martin Vargas – Especialista em Direito pela EPM e Juiz Assessor da Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

Paulo Hamilton Siqueira Júnior – Doutor e Mestre em Direito pela PUC/SP. Pós-Doutor em Direito pela USP

Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia – Mestre em Direito pela PUC/SP

Richard Pae Kim – Doutor e Mestre em Direito pela USP. Pós-Doutor em políticas públicas educacionais pela UNICAMP

Renato Siqueira de Pretto – Doutor em Direito pela PUC/SP

Simone Aparecida Jorge – Mestra em Ciências Sociais pela PUC/SP

• Descrição das atividades de capacitação e de extensão, dos cursos e dos professores

Além dos professores permanentes e assistentes, que vêm ministrando aulas, palestras e seminários para as atividades de extensão, capacitação, participaram e estão sendo convidados outros professores e profissionais de renome e com conhecimentos específicos na área eleitoral, dentre outros, a saber:

Alamiro Velludo Salvador Netto, Alexandre de Moraes, Alexandre Luis Mendonça Rollo, André de Carvalho Ramos, André Ramos Tavares, Antônio Carlos da Ponte, Antonio Carlos Mathias Coltro, Elival da Silva Ramos, Filipe Soares Lizardo, Geraldo Agosti Filho, Hélio Freitas de Carvalho da Silveira, Hélio Gastaldi, Jeferson Moreira de Carvalho, Joelson Dias Costa, José Antonio Encinas Manfré, José Jairo Gomes, Leonardo Hernandez Santos Soares, Luciano Anderson de Souza, Min. Carlos Velloso, Min. Dias Toffoli, Min. Henrique Neves, Min. Luciana Lóssio, Min. Ricardo Lewandowski, Monica Herman S. Caggiano, Orides Mezzaroba, Paulo Hamilton Siqueira Junior, Paulo Henrique dos Santos Lucon, Paulo Octavio Baptista Pereira, Paulo Thadeu Gomes da Silva, Ricardo Penteado de Freitas Borges, Ricardo Vita Porto, Roberto Maia Filho, Rogério Sanches Cunha, Sebastião Oscar Feltrin, Silvio Salata, Waldir Nuevo Campos Júnior, Walter de Almeida Guilherme.

No mais, salienta-se que as atividades de extensão desenvolvidas nos últimos anos pela Escola Judiciária Eleitoral Paulista estão elencadas no tópico em que foram elencados e descritos os cursos concluídos e que se pretende realizar.

Parceria e Cooperação Técnica e Científica

A EJEP tem firmado parcerias com vistas ao Uso de Infraestrutura Predial e Tecnológica, Cooperação Acadêmica, Prática, Técnica e intercâmbio na área de Educação a Distância ou Presencial, organização e funcionamento de Cursos de Extensão Universitária, Cursos de Pós-Graduação, além de conferências e seminários de estudos referentes a temas pertinentes às atividades educacionais e culturais.

Os Convênios firmados foram com a EPM (Escola Paulista da Magistratura; IASP (Instituto dos Advogados de São Paulo); IMPP (Instituto Manoel Pedro Pimentel – Centro de Estudos Penais e Criminológicos); IPAM (Instituto Paulista de Magistrados); IPADE (Instituto Paulista de Direito Eleitoral) e Coordenadoria dos cursos de pós-graduação da Faculdade de Direito da USP, este último em formalização. Esses convênios tem propiciado a ampliação dos resultados, atingindo maior número de interessados e de profissionais e estudantes, seja da área de direito ou de áreas afins, ligadas às áreas da administração pública e de outras ciências, como as ciências sociais e políticas.

- **Sistema de avaliação permanente, interna e externa.**

Os cursos de extensão, capacitação e, em especial, de Especialização em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral, além de buscar adotar práticas pedagógicas e métodos de ensino/aprendizagem inovadores, direcionados à garantia da qualidade de seus cursos, também adotará procedimentos alternativos de avaliação que favoreçam a compreensão da totalidade dos cursos, consolidando o perfil desejado do aluno/capacitando, aferindo também a importância do caráter inter e multidisciplinar das ações didáticas e pedagogicamente estruturadas, inclusive ensejando interface da teoria com a prática sob diferentes mecanismos, em especial com estímulo à pesquisa, o incentivo à produção científica técnica e a inserção na comunidade sob as diversas formas.

Coordenadas pelo Conselho da Escola Judiciária Eleitoral Paulista, o Curso de pós-graduação em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral tem buscado adotar formas específicas e alternativas de avaliação, internas e externas, sistemáticas, envolvendo todos quantos participem do Curso, centradas em aspectos considerados fundamentais para a identificação do perfil do aluno e envolvendo o desempenho da relação professor x aluno, a parceria do aluno para com a instituição e o professor, tendo como critério o Projeto Pedagógico do Curso. Isto tem sido feito com o preenchimento de fichas de avaliação dos professores e palestrantes convidados.

Aliás, uma das atribuições do Conselho do Curso Deliberativo e Pedagógico da EJEP é a de avaliar e acompanhar os cursos, além de analisar pedidos de reestruturação dos diversos programas (conforme incisos I e IV do art. 15 do Regimento Interno). Deve a Coordenação, nos termos de seu artigo 16, acompanhar o andamento dos cursos oferecidos e em funcionamento, em todas as etapas e turmas.

O fato é que a Coordenação e o Conselho vêm acompanhando efetivamente o andamento de todos os cursos, em especial, do curso de especialização e feito a análise permanente das avaliações realizadas interna e externamente.

Os palestrantes e participantes também são ouvidos e as suas considerações, levadas ao conhecimento do Conselho, após a realização dos eventos.

Com o objetivo de atender às exigências formais deste Conselho e também dos demais órgãos de regulação na área da educação, foi criado em agosto de 2014, por meio da Portaria nº 2/2014, a Comissão Permanente de Avaliação (fls. 119).

- **Projeto Pedagógico do Curso de pós-graduação *lato sensu* em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral.** (A Instituição apresenta descrição integral do Curso).

Cumprir destacar, que a Instituição apresenta o escopo do Curso de Especialização em Direito Eleitoral e Processual, mas não houve alteração em relação ao Projeto original já aprovado, para a Turma de 2014.

- **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI**

Sob a compreensão de que a Escola Judiciária Eleitoral Paulista deve obedecer a parâmetros específicos para o seu desenvolvimento, está tramitando administrativamente a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional que, estima-se, estará aprovado até o final deste ano de 2014.

DA COMISSÃO DOS ESPECIALISTAS

O Relatório circunstanciado sobre o Curso, foi elaborado pelos Profs. Drs. George Augusto Niaradi e Patrícia Ulson Pizarro Werner e se encontra de fls. 138 a fls. 151, com a seguinte conclusão:

A Escola Judiciária Paulista do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo é uma Escola nova, com objetivo específico de desenvolver suas atividades na área do Direito Eleitoral e encontra-se na fase de expansão e progresso.

Todos os itens foram avaliados positivamente e estão em consonância com o relatório detalhado apresentado pela Instituição. Foram feitas algumas recomendações de aprimoramento na área de estruturação formal do curso.

*Por fim, os Especialistas **recomendam** o credenciamento da Instituição.*

2. CONCLUSÃO

Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE nº 5/1998, o Recredenciamento da Escola Judiciária Eleitoral Paulista, do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, situada à Rua Francisca Miquelina, 123, Bairro Bela Vista, pelo prazo de cinco anos.

O presente Recredenciamento tornar-se-á efetivo por ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação.

São Paulo, 28 de janeiro de 2015.

a) Cons. João Cardoso Palma Filho
Relator

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Francisco José Carbonari (ad hoc), João Cardoso Palma Filho, Márcio Cardim, Maria Cristina Barbosa Storopoli, Maria Helena Guimarães de Castro, Rose Neubauer e Ulysses Telles Guariba Neto.

Sala da Câmara de Educação Superior, em 28 de janeiro de 2015.

a) Cons^a Rose Neubauer
Presidente

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO toma conhecimento, da decisão da Câmara de Educação Superior, nos termos do Voto do Relator.

Sala “Carlos Pasquale”, em 04 de fevereiro de 2015.

Cons. Francisco José Carbonari
Presidente

PARECER CEE Nº 49/2015 – Publicado no DOE em 05/02/2015 - Seção I - Página 46

Res SEE de 12/02/15, public. em 13/02/15 - Seção I - Página 34

Portaria CEE GP nº 63/15, public. em 14/02/15 - Seção I - Página 27